



Ata da 36ª (trigésima sexta) Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Altaneira, realizada no dia 03 (três) de Novembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco), 1ª (primeira) Sessão Legislativa da 17ª (décima sétima) Legislatura.

Às 17 (dezessete) horas do dia 03 (três) de novembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco), na sede do Poder Legislativo, situada à Rua Padre Luiz Antônio, nº 389 (trezentos e oitenta e nove), Centro, reuniu-se em Sessão Ordinária de forma presencial, os integrantes da Câmara Municipal de Altaneira sob a Presidência do Presidente do Vereador Professor Deza Soares e secretariados pela Vereadora Professora Ana Maria. Pelo Termo de Comparecimento registrou-se a presença dos Vereadores: Júnior do Povo; Paulo Geaneo; Paulo Robson; Professor Nonato; Tia Janne; Valmir Brasil e Zé de Zuza. Havendo assim número regimental de Parlamentares, o Presidente declarou aberta a Sessão, cumprimentando a todos os presentes e ouvintes, e fazendo a dispensa da leitura da Ata anterior, que foi previamente distribuída às bancadas, que não apresentaram ressalvas, sendo aprovada por unanimidade. **EXPEDIENTE:** Item 1: Projeto de Lei nº 041/2025, do Poder Executivo, que dispõe sobre reajuste ao vencimento base do cargo de Pedreiro no âmbito do Município de Altaneira/CE, e dá outras providências – relator(a) sorteado(a): vereador Professor Nonato. Relatoria não aceita, matéria encaminhada à Comissão Permanente; Item 2: Projeto de Lei nº 042/2025, do Poder Executivo, que dispõe sobre a criação da Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas para Mulheres de Altaneira/CE e dá outras providências – relator(a) sorteado(a): vereadora Tia Janne; Item 3: Projeto de Lei nº 043/2025, do Poder Executivo, que autoriza a devolução de materiais adquiridos por meio das Notas Fiscais nº 298, 299, 301, 303, 304, 305, 306 e 307, junto a empresa ABCD Distribuidora de Livros LTDA, e dá outras providências – relator(a) sorteado(a): vereador Paulo Robson; Item 4: Convite, da Companhia de Água e Esgoto do Ceará (Cagece), para participação da Consulta Pública nº 01/2025, que tem como objetivo receber sugestões e contribuições referentes à Concessão Administrativa dos Serviços Necessários para Universalização do Esgotamento Sanitário de 128 Municípios do interior do Estado do Ceará atendidos pela Cagece integrantes dos Blocos 1 a 5; Item 5: Ofício nº 643/2025, da Secretaria Municipal de Saúde, em resposta ao Ofício nº 151/2025/GP, que trata do requerimento oral do Vereador Júnior do Povo, solicitando informações sobre o sistema de câmaras de monitoramento do Hospital Euclides Nogueira Santana; Item 6: Ofício nº 10.28.001/2025, da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, encaminhando a Prestação de Contas de todas as Secretarias Municipais, referente ao mês de Setembro de 2025 e Item 7: Convite para I Fórum Comunitário do Selo UNICEF de Altaneira. Seguindo para os registros da Presidência, inicialmente o Presidente Professor Deza Soares reforçou que não houve sessão na segunda-feira passada em razão da antecipação do Dia do Servidor Público, conforme determinação do Governo do Estado e decreto da Prefeita Municipal. Em seguida, registrou as homenagens alusivas a datas comemorativas recentes: o Dia da Força Aérea Brasileira, celebrado no último dia 23 (vinte e três), destacando a importância da instituição para a defesa e soberania nacional; o Dia das Nações Unidas, celebrado no último dia 24 (vinte e quatro), reafirmando o compromisso com a paz, os direitos humanos e o desenvolvimento sustentável; o Dia do Servidor Público, celebrado no último dia 28 (vinte e oito), rendendo homenagens aos servidores pelo empenho e dedicação ao serviço público; o Dia Nacional do Livro, celebrado no último dia 29 (vinte e nove), ressaltando o valor da leitura como instrumento de conhecimento e cultura; o Dia Mundial das Cidades, celebrado no último dia 31 (trinta e um), enfatizando a relevância do planejamento urbano sustentável e da participação cidadã; o Dia de Finados, celebrado ontem, dia 2 (dois) de novembro, como momento de reflexão e homenagem àqueles que já partiram e, sobre a presente data, registrou a celebração do Dia da Instituição do Direito de Voto da Mulher, reconhecendo o marco histórico na luta pela igualdade e participação feminina na política. O



Presidente reforçou ainda convite para a solenidade de inauguração da Procuradoria Especial da Mulher, que será realizada amanhã, dia 4 (quatro) de novembro, às 9 (nove) horas, na sede da Câmara Municipal, ressaltando que a criação do órgão representa um marco para o Legislativo altaneirense e reafirma o compromisso da Casa com a defesa dos direitos das mulheres e a promoção da igualdade de gênero. Encerrando os registros, informou que na próxima segunda-feira, dia 10 (dez) de novembro, será realizado o julgamento das contas de governo do ex-prefeito Francisco Dariomar Rodrigues Soares, referentes ao exercício de 2023 (dois mil e vinte e três). **TEMA LIVRE:** O vereador Paulo Robson iniciou suas palavras cumprimentando toda a equipe do Conselho Tutelar de Altaneira pela conquista do Selo Bronze da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, reconhecimento pela dedicação e compromisso com a proteção integral de crianças e adolescentes. Destacou que o feito é motivo de orgulho e celebração, refletindo o trabalho sério e contínuo desenvolvido pelo colegiado. Em seguida, o parlamentar registrou sua satisfação em abordar temas esportivos, destacando a realização da corrida de rua organizada pela Academia Forma Física, sob coordenação de Pedro Rafael. Ressaltou a importância do evento, que contou com ampla participação de atletas locais e visitantes de cidades vizinhas, e rememorou o período em que o atletismo era mais ativo no município. Enfatizou que o Governo Municipal tem a oportunidade de incentivar e fortalecer novamente essas práticas esportivas. O vereador também relatou sua participação na solenidade de implantação da Colônia de Pescadores de Altaneira, realizada no auditório da Secretaria de Assistência Social, evento que, de acordo com o nobre, contou com expressiva presença de pescadores artesanais, incluindo o presidente da associação, Wesley Alexandre. Explicou que a colônia, de natureza associativa e sindical, tem como finalidade representar e garantir benefícios à categoria. Ressaltou o apoio do Governo Municipal à iniciativa, inclusive com o incentivo prestado ao segmento, a exemplo da entrega de kits de pesca ocorrida durante a Semana do Município. Na sequência, parabenizou a equipe da Secretaria Municipal de Infraestrutura pela retomada das obras da creche municipal, anteriormente embargada, destacando o empenho conjunto com a Secretaria de Meio Ambiente, sob a direção do Secretário Ricardo Rufino, para viabilizar a regularização e continuidade do projeto. Também registrou o início das obras de calçamento na zona urbana, lembrando que o tema já foi assunto abordado em requerimento da vereadora Tia Jane, contemplando ruas do Bairro Cruzeiro, como as ruas José Pio, Manoel Romão e vias adjacentes. Observou que, embora a execução tenha sofrido um atraso de cerca de 3 (três) ou 4 (quatro) anos, a obra representa importante avanço para a melhoria da infraestrutura local. Ressaltou ainda o andamento das obras da nova Areninha do Estado, que inclusive é pauta da sessão de hoje, a ser tratada na ordem do dia, já em fase final, e informou que os calçamentos na zona rural estão em processo licitatório, com previsão de início em breve, contemplando diversas comunidades, entre elas o Vale do São Romão. Por fim, destacou que Altaneira volta a vivenciar um momento de crescimento estrutural, com diversas obras em andamento — como pavimentações, a reforma da UBS da Chapada dos Romeiros —, o que, segundo ele, contribui para a geração de emprego, renda e melhoria da qualidade de vida da população. A vereadora Tia Jane, em alusão ao Dia de Finados, manifestou seus sentimentos a todas as famílias enlutadas, desejando que Deus conforte o coração de cada uma. Parabenizou o Secretário de Infraestrutura, Antônio Leite, pela limpeza e organização do cemitério municipal, destacando que Altaneira merece manter esse padrão de cuidado e zelo. Em seguida, registrou com satisfação sua participação na ExpoCariri, evento que considerou grandioso por reunir expressões de cultura, produção e comércio regional. Ressaltou a importância dos protagonistas do campo, das associações e das comunidades, agradecendo à Secretaria Municipal de Cultura, na pessoa da secretária adjunta Débora, pela condução da comitiva das mulheres altaneirenses até o evento. Com emoção, destacou a homenagem recebida pela senhora Francisca, reconhecida pelo trabalho desenvolvido em sua horta, símbolo de dedicação e incentivo às mulheres do campo. Enalteceu a relevância de exemplos como o dela, que demonstram que a mulher pode e deve ocupar o espaço que desejar — seja na agricultura, na política ou em qualquer outro segmento. Parabenizou ainda a Prefeita Késia, pela



presença e pela atenção prestada às mulheres do município durante o evento. Em aparte, o vereador Paulo Robson registrou ter participado do evento a convite da Prefeita Késia, acompanhando a vereadora Tia Janne na Jornada de Empoderamento da Mulher, realizada durante a ExpoCariri. Destacou a abertura da roda de conversa “Mulheres que Inspiram”, conduzida pela Prefeita Késia, que proporcionou debates significativos sobre o papel da mulher na sociedade e o fortalecimento da igualdade de gênero. O parlamentar ressaltou a grandiosidade do evento, que reuniu experiências exitosas de mulheres atuantes no campo, no empreendedorismo e em diversos setores produtivos. Afirmou ter sido uma vivência enriquecedora, reconhecendo o valor da participação feminina como fator essencial para o desenvolvimento social e econômico. De volta com a fala, a vereadora Tia Janne registrou que a única prefeita presente na ExpoCariri foi a prefeita Késia, cuja participação, segundo afirmado pela parlamentar, abrilhantou o evento, ao lado do deputado coordenador do Instituto e da senhora Fabiana, também coordenadora. Ressaltou que foi um momento rico e histórico para as mulheres. No ensejo, convocou a população para participar do primeiro Fórum Comunitário Unicef, a ser realizado no dia 7 (sete) de novembro, sob a articulação da doutora Jamile e com a participação de todo o governo municipal e dos conselheiros locais. A vereadora também lembrou o Dia do Servidor Público, homenageando, em nome da servidora Adriana, todos os profissionais do município, destacando o compromisso e a responsabilidade de cada um. Registrou ainda o Dia do Dentista, parabenizando a profissional Monalisa, filha de sua amiga Luciene, reconhecida pelo bom trabalho que realiza em Altaneira. Em seguida, parabenizou a Secretária de Assistência Social, na pessoa da secretária Anne Danielle e da subsecretária Roberci Vânia, pela realização da Semana do Bebê, evento formativo e alegre dedicado especialmente aos bebês, mães e familiares. A vereadora destacou também a ação de castração de felinos promovida pelo Instituto Lilica, ressaltando a importância de iniciativas que cuidam dos animais e contribuem para a saúde pública e o bem-estar da população. Mencionou a campanha do Outubro Rosa, classificando-a como uma ação fundamental de prevenção e conscientização sobre o câncer de mama, conduzida de forma integrada pelas secretarias municipais e por toda a equipe de governo. Na área esportiva, comemorou a realização da segunda rodada do Campeonato de Futsal de Altaneira, parabenizando o secretário de Cultura e Esportes, Clécio, o subsecretário Sérgio, e toda a equipe da secretaria que fez parte da organização. Na oportunidade, reforçou o reconhecimento aos conselheiros tutelares, saudando-os em nome do conselheiro Everton, e destacou a criação da primeira Colônia de Pescadores Artesanais de Altaneira, considerando uma conquista significativa fruto de articulação e empenho conjunto da gestão municipal e da categoria. Anunciou, ainda, o andamento do projeto habitacional que prevê a construção de 25 (vinte e cinco) novas casas, o que, segundo a parlamentar, renova a esperança e oferece dignidade às famílias altaneirenses. Afirmando ser defensora dos direitos das mulheres, reafirmou seu compromisso com a construção de um município mais justo, acolhedor e inclusivo, destacando que seu mandato permanece de portas abertas, pautado na escuta e na ação em prol do povo de Altaneira. Encerrando, fez um chamamento às mulheres altaneirenses para participarem da solenidade de inauguração da Procuradoria Especial da Mulher, destacando que o evento marcará a história do município. Ressaltou que a Procuradoria tem como missão acolher, apoiar e dar voz às mulheres, fortalecendo a rede de proteção e enfrentamento à violência de gênero. A vereadora Professora Ana Maria iniciou sua fala externando profunda tristeza pelo falecimento de sua amiga Cícera Salles, professora que atuou em Altaneira por cerca de 5 (cinco) anos como integrante do quadro efetivo do magistério municipal. Relatou que Cícera era uma pessoa alegre, dedicada e muito querida, destacando sua trajetória exemplar como profissional e ser humano. Manifestou pesar à família e aos amigos, agradecendo às pessoas que contribuíram financeiramente e com orações durante o período de tratamento, rogando a Deus que conforte o coração de todos. Em seguida, a parlamentar relatou ter participado de uma reunião com criadores de suínos da localidade Sítio Olho D'Água, que solicitaram apoio para resolver a questão da encanação de água na região. Informou que há cerca de dois anos a Cagece teria se comprometido com a execução do serviço, mas até o momento não o realizou. Solicitou o apoio dos demais vereadores para que a Câmara possa cobrar



um posicionamento da companhia e buscar uma solução para o problema – inclusive para o bsrro Telma Dias que, segundo relatos, enfrenta a mesma dificuldade – destacando que os moradores aguardam o abastecimento há muito tempo. A vereadora também relatou ter recebido denúncias de pedreiros e serventes contratados para uma obra da prefeitura que, após retornarem do horário de almoço, foram demitidos sem justificativa plausível. Segundo ela, os trabalhadores afirmaram ter sido dispensados por motivos políticos, após uma reunião em que lhes foi questionado o apoio dado nas últimas eleições. A parlamentar repudiou o episódio, classificando-o como ato de perseguição política e de grande humilhação para os pais de família envolvidos. Ressaltou que esse tipo de prática deve ser combatido e que o compromisso de uma nova gestão deve ser o de corrigir erros do passado, e não repeti-los. Desse modo, defendeu que a prefeita governe para todos, independentemente de apoio político, e que as oportunidades de trabalho sejam oferecidas de forma justa, uma vez que o município possui uma economia limitada e muitas famílias dependem das contratações públicas para sustento. Em outro ponto, comentou sobre o pagamento parcelado dos salários atrasados de dezembro da gestão anterior. Embora tenha reconhecido o esforço em iniciar os pagamentos, criticou o parcelamento em várias vezes, especialmente para servidores com remuneração mais baixa, considerando a medida injusta com os que mais necessitam. Após, fazendo requerimento verbal, cobrou esclarecimentos sobre o transporte fornecido às crianças neuroatípicas do município, mencionando que tem presenciado dificuldades enfrentadas pelas famílias que dependem desse serviço. Relatou que, em diversas ocasiões, ao se deslocar entre Altaneira e Nova Olinda, observou mães acompanhadas de seus filhos aguardando o veículo da Secretaria de Saúde para retornar à Altaneira, registrando, inclusive, que várias vezes já forneceu carona à essas mães. O vereador Professor Nonato externou seus sentimentos à família da Professora Cícera Salles, ressaltando que teve o prazer de trabalhar com ela por dois anos no município de Altaneira. Destacou que a professora tratava a educação com zelo e vocação, exercendo seu papel com carinho e dedicação. Na sequência, o vereador solicitou verbalmente ao Secretário de Agricultura, Cier Bastos que, em sendo possível, o prazo de inscrições para o programa de aração de terras seja ampliado de 4 (quatro) para, no mínimo, 15 (quinze dias), a fim de atender melhor às comunidades e agricultores locais e arguindo que a administração pública deve agir com atenção às necessidades dos cidadãos altaneirenses. Em seguida, referindo-se ao pronunciamento da vereadora Professora Ana Maria, o vereador destacou sua preocupação com a condução de contratações ligadas a obras públicas, especialmente a construção da nova escola municipal, observando que não se pode permitir critérios políticos na seleção de trabalhadores. Ressaltou que a impessoalidade é princípio basilar da administração pública e que gestores devem agir com base no interesse coletivo, sem favorecer ou prejudicar pessoas por motivações políticas. O vereador relatou, ainda, sua decepção ao relembrar declarações feitas no início da atual gestão, quando foi anunciado que o município passaria a dispor de uma frota de veículos novos. Segundo ele, a realidade atual mostra que a administração não consegue sequer manter os veículos existentes em boas condições. Mencionou o caso de um ônibus da Secretaria de Saúde que, mesmo com falhas mecânicas já conhecidas pela equipe – pois, em nota divulgada, a Secretaria afirmou que o veículo em questão possuía uma manutenção agendada –, foi utilizado para transportar pacientes até o Cariri Cearense, colocando em risco a segurança de mães e crianças com autismo. Enfatizou que somente a proteção divina evitou um acidente mais grave. Em aparte, a vereadora Professora Ana Maria confirmou as dificuldades enfrentadas pelas famílias de crianças com transtorno do espectro autista (TEA), relatando que, em diversas ocasiões, ao retornar de Nova Olinda, presenciou mães com seus filhos aguardando o transporte da Secretaria de Saúde para Altaneira. Lembrou que já apresentou requerimento solicitando transporte exclusivo para essas crianças, a fim de garantir o retorno imediato após os atendimentos, pois, segundo ela, muitas vezes as mães são obrigadas a pagar passagens por conta própria. A vereadora solicitou que a Secretaria de Saúde reveja a situação com urgência. Ainda na pauta da saúde, informou que foi procurada por familiares de um paciente acamado – pois sofre com sequelas de um AVC e não pode se deslocar no ônibus coletivo –, cujo transporte também foi negado para a realização de exame



Gabinete da Presidência

Rua Pe. Luiz Antonio, 389, Centro - CNPJ 12.466.553/0001-13



com igualdade e respeito a todos, independentemente de posição política. O vereador também manifestou indignação com a falta de transporte adequado para pacientes, citando o mesmo caso que a vereadora Professora Ana Maria, do cidadão Zé Domingos, residente do Sítio Poças, vítima de AVC, que se encontra acamado e impossibilitado de se deslocar do município até a cidade do Crato em um ônibus. Mesmo assim, teve o transporte negado pela Secretaria de Saúde. Assim, informou que custeará com recursos próprios o deslocamento do paciente, porém, reforçou que a gestão pública deve agir com sensibilidade e prioridade para com as pessoas mais vulneráveis, afirmando que “ganhar a eleição é para fazer diferente, não para repetir os mesmos erros”. Criticou, ainda, a falta de prioridade da administração municipal, que, segundo ele, investe em festas grandiosas enquanto a população enfrenta dificuldades em áreas essenciais, esclarecendo que o lazer é importante, mas não pode se sobrepor à saúde e ao bem-estar dos cidadãos. Em aparte, o Vereador Professor Nonato reiterou que administrar é eleger prioridades e que, nos últimos meses, a principal prioridade da gestão foi a realização de festas. Disse ter optado por não se manifestar anteriormente sobre o evento festivo devido à sua importância cultural, mas alertou que os efeitos da falta de planejamento agora se tornam evidentes, como já havia alertado. Reafirmou que o papel dos vereadores é fiscalizar e cobrar, destacando que não se pode aceitar práticas administrativas que negligenciam necessidades básicas da população. O vereador citou episódio ocorrido na gestão anterior, quando a atual prefeita, ainda candidata, compareceu à Câmara acompanhando a senhora Iolanda para cobrar transporte até Fortaleza, onde lá ficaria durante 3 (três) dias, enfatizando que, hoje, como gestora, deveria manter o mesmo zelo e compromisso com os cidadãos. Declarou que não se pode admitir que pacientes acamados e idosos fiquem sem transporte para tratamento de saúde, e voltou a afirmar que é inadmissível a Secretaria de Saúde permitir que um veículo com manutenção pendente seja utilizado para transportar pacientes. Encerrou afirmando que, se os vereadores permanecerem em silêncio, a administração continuará agindo sem controle, e reforçou que o Legislativo tem o dever de falar e agir em defesa do povo altaneirense. O vereador Júnior do Povo, inicialmente, parabenizou todos os servidores públicos do município pela passagem do seu dia, reconhecendo o trabalho e a dedicação de cada um no atendimento à população, assim como agradeceu a todos os altaneirenses pela receptividade em suas visitas domiciliares. Depois, relatou que os servidores municipais ainda não receberam as diárias previstas com a aprovação do projeto de lei nº 029/2025. Segundo informou, a própria Prefeita, em reunião com servidores, afirmou que não há recursos disponíveis para o pagamento e, assim sendo, o Executivo enviará ao Legislativo mais um projeto de lei “em forma de gratificação”. Lembrou que, em sessões anteriores, ele próprio havia afirmado que essa Casa seria desmoralizada porque a lei que proíbe fogos com estouro e estampido, de iniciativa do ex-vereador Ariovaldo Soares, não seria cumprida. Da mesma forma, lembrou sua afirmativa de que essa lei que prevê a concessão de diárias também não seria seguida porque o município não teria condições de realizar os pagamentos, afirmando, ainda, que tal fato decorre de falta de um bom planejamento. Reforçou que essas informações chegaram à ele diretamente através de servidores – inclusive com a informação de que a gestão não conseguia nem aos menos realizar a devida fiscalização – após reunião da prefeita com a procuradoria do município. O parlamentar defendeu que, caso a gestora não tenha condições de cumprir a lei, deve encaminhar outro projeto ao Legislativo, propondo a revogação da norma. Ressaltou que a legislação deve ser cumprida e que os servidores têm direito a receber pelos serviços prestados, especialmente os motoristas e profissionais da saúde. O vereador também agradeceu ao Deputado Federal José Guimarães pelas emendas destinadas ao município no ano passado, totalizando mais de R\$ 3.000.000 (três milhões de reais), tendo sido deixado também pela gestão anterior, na pasta da saúde, mais de R\$ 1.000.000 (um milhão de reais) desse valor, voltado a conclusão de várias obras no município, afirmando que a atual gestão atual “tem com o que trabalhar”. Informou também que a gestão anterior deixou o MAP nº 1959 autorizado no valor de R\$ 900.000 (novecentos mil reais), bem como o MAP nº 1278 no valor de R\$ 400.000 (quatrocentos mil reais) para calçamento em pedra tosca em diversos locais do município, incluindo o trecho em frente a casa do vereador Paulo



Robson. Diante do exposto, saiu em defesa da conclusão das obras, afirmando que “quem ganha é o povo” com a geração de emprego. Contudo, se posicionou totalmente contra a perseguição política. Na oportunidade, apresentou requerimento verbal à Secretaria de Agricultura, Pecuária e Pesca, solicitando o envio à Câmara da relação nominal e fotográfica dos kits de pesca entregues aos pescadores. Solicitou ainda à Secretaria de Infraestrutura a reposição de lâmpadas queimadas nas proximidades da residência do senhor Dedé. Em aparte, o Vereador Professor Nonato lembrou que os vereadores que seu grupo foi duramente criticado pelos ex-vereadores de oposição e por vereadores de nova mandato na Casa, por terem votado contra o projeto das diárias dos servidores, lembrando também de sua fala de que “quem sabe como se administra, é o gestor”, logo, segundo ele, à época ficou claro que o pagamento era inviável. Afirmou que a prefeita utilizou o projeto para promover-se nas redes sociais e, posteriormente, não cumpriu o prometido, descumprindo uma lei vigente, citando, inclusive, a seguinte frase usada pelo advogado Deurisberto Soares: “lei não se discute. Se cumpre”. Nessa situação, orientou os motoristas a registrarem suas viagens e, sendo necessário, requererem judicialmente o pagamento das diárias devidas. Em outra pauta, relatou ter sido procurado por moradores residentes da “rua que desce para Dédé Didi” solicitando a realização da manutenção da iluminação pública. Na sequência, o Presidente Professor Deza Soares esclareceu que todos os requerimentos apresentados em plenário devem ser votados e aprovados antes de serem encaminhados aos órgãos competentes. Retomando a palavra, o Vereador Júnior do Povo informou que apresentará o requerimento por escrito. Também fez menção aos transportes do município, informando que a manutenção da frota chega ao valor de R\$ 800.000 (oitocentos mil reais), logo, para ele, é “inadmissível” que casos como relatado pelos colegas continuem ocorrendo. Acrescentou que há no município licitação de transporte em execução no valor de mais de R\$ 3.000.000 (três milhões de reais) e que irá acontecer outra licitação no valor de mais de R\$ 2.000.000 (dois milhões de reais). Afirmou ainda que o caso do cidadão sequelado por AVC e que teve seu transporte negado deve chegar ao conhecimento do Ministério público. O vereador Valmir Brasil iniciou sua fala agradecendo ao Diretor da Escola Joaquim de Moraes pelo convite para participar da comemoração dos 63 (sessenta e três) anos de fundação da referida instituição, destacando o trabalho desenvolvido pela direção e equipe, bem como a presença do Vice-Prefeito Jackson. Ressaltou que a escola tem realizado um excelente trabalho e merece reconhecimento pelo compromisso com a educação. Agradeceu ainda ao Secretário de Infraestrutura, Antônio Leite, pela atenção às solicitações relacionadas à manutenção da iluminação pública, informando que grande parte das lâmpadas já foi substituída, restando apenas alguns pontos pendentes, inclusive objetos de requerimento já apresentado. Parabenizou também a Secretaria de Infraestrutura pela limpeza realizada no cemitério na Vila São Romão e registrou expectativa quanto à execução de obras de calçamento em diversas localidades, destacando o empenho da gestão municipal em dar continuidade às obras paralisadas de gestões anteriores, citando especificamente as gestões dos ex-prefeitos Delvamberto Soares e Dariomar Rodrigues, lembrando que após muitos anos paradas, apesar de os gestores anteriores terem deixado recursos, apenas agora as obras estão sendo continuadas pela gestão da prefeita Késia. O vereador afirmou não acreditar que haja maldade por parte da prefeita ou dos secretários municipais em casos de substituição de trabalhadores em obras do município, mas defendeu que tais situações devem ser apuradas e evitadas. Argumentou que, caso não houvesse vagas disponíveis, o correto seria comunicar aos trabalhadores antes do início das atividades – não apenas após o almoço – evitando constrangimentos. Para encerrar o assunto, afirmou que a denúncia será apurada. A posteriori, agradeceu ao Secretário de Agricultura, Cier Bastos, pelo convite para o evento de criação da Colônia de Pescadores, destacando a importância da iniciativa para fortalecer a categoria e possibilitar benefícios previdenciários aos pescadores. Ressaltou que o debate na ocasião foi produtivo e que a efetivação da colônia trará avanços sociais significativos. O parlamentar reconheceu também o trabalho de fiscalização realizado pelos colegas vereadores de oposição, afirmando que suas atuações na Casa, ao apontar problemas e sugerir soluções, contribui para o aprimoramento da administração pública. Em aparte, o vereador Paulo Robson esclareceu que a



responsabilidade pela contratação de pessoal para obras é da empresa vencedora da licitação, e não da Prefeitura. Registrou ainda que a empresa vencedora da licitação da limpeza da cidade deve fornecer o serviço, porém, o município enfrentou, segundo ele, diversos problemas com contratos destratados. Referiu-se ainda à licitação dos veículos do transporte municipal, informando que o processo tem enfrentado entraves devido à participação de empresas que vencem os certames, mas não firmam contrato, atrasando o andamento dos serviços. O vereador também comentou sobre o tema das diárias, esclarecendo que não há descumprimento da lei, pois, de acordo com ele, vários motoristas da saúde estão recebendo as diárias conforme previsto. Informou, entretanto, que foi procurado por um motorista da saúde e ele lhe relatou que alguns motoristas estão enfrentando dificuldades em comprovar as viagens. Esse mesmo servidor lhe informou que, de fato, houve uma reunião, porém, diferente do que foi trazido até o momento, lá houve um consenso com a equipe da prefeita de enviar um projeto à Câmara não para revogar as diárias, mas sim um projeto assegurando a gratificação que compense o valor de diárias aos motoristas da saúde para evitar a parte burocrática de comprovação. De volta com a palavra, o Vereador Valmir Brasil afirmou acreditar que a gestão municipal honrará os compromissos e efetuará o pagamento das diárias aos motoristas, evitando prejuízos à categoria. Em aparte, a Vereadora Tia Janne esclareceu que, ao mencionar anteriormente a limpeza do cemitério, havia parabenizado porque o local estava iluminado e limpo. Sobre as imagens trazidas pelo vereador Professor Nonato, afirmou que pareciam ser "propositais" e "pontos estratégicos". Criticou o fato de o parlamentar não ter adotado postura semelhante em mandatos anteriores, quando, segundo ela, a cidade enfrentava sérios problemas de limpeza pública, estando, em suas palavras, "na sujeira e na imundície". Apesar disso, como o vereador Valmir Brasil, parabenizou o colega pelo trabalho de fiscalização, reconhecendo a importância da ação. Pela ordem, o vereador Professor Nonato afirmou que, nos seus últimos quatro anos de mandato, realizou um trabalho intenso e de grande atuação legislativa. Destacou ter sido um dos parlamentares que mais apresentou matérias nesta Casa e um dos poucos que, nas reuniões, teve coragem de se posicionar de forma crítica diante da gestão municipal, ao contrário da colega vereadora que lhe antecedeu que, segundo ele, talvez não tenha. O parlamentar mencionou ter participado de diversas reuniões na gestão passada, citando como exemplo o encontro sobre o programa de aração de terras, onde teria alertado: "ou cuida do povo, ou perdia a eleição", afirmando, ainda, que a base governista está "no mesmo caminho" e criticando o que classificou como "cegueira política" de quem defende a gestão sem reconhecer suas falhas. Sobre as fotos por ele apresentadas, esclareceu que seu intuito foi apenas mostrar a realidade da limpeza pública no município, sem qualquer propósito pessoal, reforçando que "as ruas estão entregues aos lixos". Por fim, o vereador afirmou que continuará realizando esse trabalho de fiscalização, destacando que toda administração possui falhas e problemas, mas que é dever dos vereadores reconhecê-los e buscar soluções coletivas em prol da população altaneirense. O vereador Zé de Zuza iniciou seu pronunciamento desculpando-se com o Secretário de Agricultura, Cier Bastos, por não ter comparecido à reunião da Colônia dos Pescadores, da qual faz parte, justificando sua ausência por motivo de força maior. Da mesma forma, desculpou-se com os colegas vereadores Tia Jane e Paulo Robson por não ter participado da Expocariri, pelo mesmo motivo. Em seguida, tratou de assuntos referentes às obras do município, mencionando que muitas intervenções de pequeno porte continuam sendo cobradas pela população e que algumas delas foram deixadas inacabadas pela gestão anterior. Destacou que seu objetivo não é insistir em críticas passadas, mas reforçar a importância da continuidade e resultados, lembrando que também participou de obras que ficaram paralisadas em gestões anteriores. Parabenizou o vereador Paulo Robson pela execução do calçamento em sua rua, considerando-o o início de muitas outras obras semelhantes que deverão contemplar também comunidades como Tabuleiro, Taboquinha, Córrego, Serra do Valério, São Romão e a sede do município, conforme requerimentos já apresentados pelos vereadores. Expressou confiança de que a atual gestão executará as obras deixadas pelo gestor anterior, concluindo-as em benefício da população. O parlamentar abordou ainda a questão do abastecimento d'água na comunidade Taboquinha, relatando que o sistema de



ligação está em fase de andamento, com algumas reuniões com o SISAR já tendo sido realizadas, assim como os cadastros e a chegada dos técnicos prevista para breve, o que trará alívio às famílias que sofrem com a escassez de água. Comentou também sobre as dificuldades enfrentadas nas viagens de pacientes ao município do Crato, explicando que muitas vezes não é possível disponibilizar um veículo exclusivo para cada pessoa, dada a grande demanda do município. Ressaltou a importância da compreensão dos usuários e reconheceu os esforços da Secretaria de Saúde para atender, dentro das limitações, todos os que necessitam de transporte para tratamento médico. Ademais, também abordou a questão da limpeza pública, afirmando reconhecer as falhas apresentadas e comprometendo-se a procurar o Secretário de Infraestrutura, Antônio Leite, para solicitar explicações sobre o não cumprimento adequado do contrato pela empresa responsável. A vereadora Tia Janne, em aparte, afirmou que seu nome parlamentar já carrega uma trajetória de 16 (dezesesseis) anos de serviços prestados ao povo de Altaneira, marcada por amor, dedicação e respeito. Declarou que sua eleição é resultado do reconhecimento popular por esse trabalho voluntário e comprometido. Enfatizou que não faz "política suja" nem "difama os colegas", reafirmando que a função de fiscalizar é dever de todos os vereadores, porém, lamentando que essa função não tenha sido realizada antes por alguns colegas. Ressaltou, contudo, que o problema da limpeza pública é antigo e precisa ser enfrentado com união e diálogo. Finalizou dizendo que está na Câmara pelo amor à cidade e pela gratidão do povo altaneirense, que reconhece seu trabalho e dedicação. Em aparte, o Vereador Júnior do Povo afirmou ver com preocupação a atual situação do transporte público municipal, destacando que tanto os parlamentares de oposição quanto os da base governista têm sido procurados pela população em busca de explicações e soluções. O parlamentar também manifestou preocupação com o abastecimento d'água na comunidade de Taboquinha II, observando que há escassez não apenas nas localidades rurais, mas até mesmo na sede municipal. Defendeu que a gestão deve agir com urgência, perfurando poços mais profundos. Fazendo uso da palavra em tempo de líder, o vereador Zé de Zuza esclareceu que o projeto de abastecimento d'água da comunidade de Taboquinha não foi uma promessa exclusiva da prefeita, mas um compromisso coletivo, assumido por ele, pela gestora municipal, pelo SISAR e pela Cagece. Informou que manteve diálogo direto com o diretor-geral da Cagece e com o gerente regional do Cariri, os quais garantiram apoio e autorizaram a ampliação do sistema para atender os cidadãos altaneirenses. O parlamentar explicou que o problema de falta d'água citado pelo vereador Paulo Robson não decorre da inexistência do recurso hídrico, mas de questões relacionadas à rede de distribuição, pois o trecho que atende à residência do vereador é o ponto final da tubulação, recebendo água apenas quando os reservatórios da sede estão totalmente abastecidos. Acrescentou que há sete poços cadastrados para perfuração em diferentes comunidades, e que o cronograma de execução está sendo seguido conforme a ordem de solicitação, devendo o poço de Taboquinha ser perfurado até o final do ano. Por fim, destacou que a ampliação do sistema e a nova rede não trarão prejuízos às demais localidades — ao contrário, contribuirão para melhorar o abastecimento geral da região, conforme informações repassadas pelos técnicos responsáveis do SISAR. O vereador Júnior do Povo esclareceu que não é contra o abastecimento de água da comunidade Taboquinha II, mas, ao contrário, é favorável à sua implantação. Afirmou, entretanto, que o poço existente não possui vazão suficiente para atender à demanda, sendo necessário perfurar novos poços ou buscar alternativas de fornecimento. Ressaltou que o SISAR "quer dinheiro" e está vendendo algo que não existe: água. Afirmou ainda que o referido órgão comercializa água adquirida da Cagece, revendendo-a a preços mais elevados, o que onera os moradores. Citou que, enquanto a taxa cobrada na sede do município é de aproximadamente R\$ 32 (trinta e dois reais), em comunidades como Tabuleiro e Taboquinha a taxa é cerca de R\$ 45 (quarenta e cinco reais) e há registros de cobranças totais, em casas que residem apenas duas pessoas, como a casa de seus próprios pais, por exemplo, que ultrapassam o valor de R\$ 200 (duzentos reais). Defendeu que, antes da ampliação da rede, é indispensável garantir o abastecimento adequado e a viabilidade econômica do serviço. Em seguida, o vereador Professor Deza Soares lamentou o falecimento da professora Cícera Salles, destacando sua dedicação à



educação de Altaneira e de outros municípios, manifestando solidariedade aos familiares. Esclareceu, ainda, que, conforme mencionado pela vereadora Professora Ana Maria, esteve presente em reunião na comunidade localizada em frente à residência do senhor Leomar, ocasião em que foi tratada a implantação da rede de abastecimento de água. Informou que o coordenador e o supervisor da Cagece visitaram o local, analisaram a situação e se comprometeram a apresentar uma resposta, a qual ainda está sendo aguardada. O vereador também repudiou qualquer prática de perseguição política, enfatizando que a oposição é parte essencial do processo democrático e deve ser respeitada. Afirmou que sempre pautou suas decisões no que é legal, justo e coerente, independentemente de posicionamentos políticos. Quanto às observações do vereador Júnior do Povo sobre possível desmoralização do Legislativo, em razão do não cumprimento da lei que atualiza o valor das diárias, destacou que a responsabilidade não é da Câmara, mas do Poder Executivo, autor do projeto. Ressaltou que o Legislativo cumpriu seu papel ao aprovar a lei, cabendo ao Executivo garantir sua execução. Comentou também sobre a lei que restringe o uso de fogos de artifício, lembrando que foi uma iniciativa importante, proposta pelo ex-vereador Ariovaldo Soares e aprovada por unanimidade, resultando em significativa redução do uso irregular desses artefatos, embora ainda seja necessário intensificar a fiscalização. Abordando o problema da limpeza pública, destacou que, embora a responsabilidade direta seja da empresa contratada, cabe ao Poder Executivo adotar medidas de fiscalização e punição em casos de descumprimento contratual, garantindo a adequada prestação do serviço à população. Em aparte, o vereador Paulo Robson comentou acerca da situação da limpeza pública, destacando que as imagens apresentadas durante a sessão são provas reais das condições observadas no município. Todavia, esclareceu que, desde a quebra do contrato com a antiga empresa responsável pela limpeza, o serviço vem sendo executado por meio de uma contratação emergencial, com equipe reduzida, o que tem dificultado a cobertura de toda a cidade. Defendeu a necessidade de solução célere para o problema, mediante a conclusão do novo processo licitatório. O vereador também afirmou que suas manifestações em plenário têm o objetivo de zelar pelo bom andamento dos trabalhos legislativos, buscando evitar debates repetitivos e improdutivos, não com a intenção de assumir a função de Presidente, até porque, nem se candidatou para isso, lembrou. Enfatizou que sua intenção é contribuir para que a Câmara mantenha celeridade e produtividade, entregando resultados concretos à população. Retomando a palavra, o vereador Professor Deza Soares complementou que, no tocante à limpeza pública, é importante que a população compreenda as responsabilidades compartilhadas entre o poder público e os cidadãos. Explicou que, conforme a legislação, o responsável por obras e construções deve zelar pela limpeza da área correspondente, cabendo ao Município apenas os serviços gerais de coleta de lixo, poda de árvores e varrição. O vereador afirmou, inclusive, que dá o exemplo em sua própria construção, cuidando da limpeza da frente de sua obra, conforme determina a lei. Acrescentou que a retirada de entulhos e a organização de espaços privados são deveres individuais, e que é preciso investir em campanhas de conscientização para reforçar essa responsabilidade entre os moradores. Por fim, destacou que uma eventual ampliação das ações de limpeza por parte do governo municipal constitui decisão administrativa, que pode ser adotada como forma de apoio à população, mas que não é uma obrigação legal do Poder Público. O vereador Júnior do Povo esclareceu que, ao mencionar a possibilidade de desmoralização do Poder Legislativo, ao citar como exemplo a lei que proíbe o uso de fogos com estampido, referia-se ao não cumprimento da norma pelos órgãos fiscalizadores, e não à atuação desta Casa. Acrescentou, ainda, que no caso das diárias, a situação em que uma secretaria efetua o pagamento e outra não, representa outra forma de desmoralização, pois demonstra falta de cumprimento da legislação vigente. O parlamentar reforçou a necessidade de melhor planejamento por parte da administração municipal e registrou, enquanto servidor do Hospital Municipal, que os motoristas da instituição não receberam suas diárias. Informou ter orientado os profissionais a formalizarem requerimento escrito ao setor responsável ou à chefia imediata da Secretaria de Saúde, solicitando esclarecimentos quanto ao descumprimento da lei. **ORDEM DO DIA:** Item 1: Parecer nº 001/2025, do Vereador Professor Nonato, referente ao Projeto de Lei nº 023/2025, de autoria do



Vereador Paulo Robson, que dispõe sobre o Dia do Evangélico e adota outras providências. Após a leitura do parecer favorável pela admissibilidade, o vereador Professor Nonato esclareceu que a proposta tem por objetivo alterar a lei que institui o Dia do Evangélico em Altaneira. Recordou que a criação original da data foi iniciativa do vereador Professor Deza Soares, destacando que o evento, ao longo dos anos, passou por modificações em sua realização. Relembrou que, no ano passado, com base na legislação já existente e em nome dos munícipes evangélicos, criou o feriado do Dia do Evangélico. O parlamentar informou ter sido procurado por pastores e representantes de diversas igrejas evangélicas, que manifestaram o desejo de transferir a celebração para o segundo sábado de dezembro, por ser uma data mais acessível para participação das congregações locais e das cidades vizinhas, considerando que o feriado anteriormente fixado em 16 (dezesesseis) de dezembro, por vezes, recaía em dias úteis. Ressaltou que acatou a solicitação dos líderes religiosos, por entender que a mudança visa aprimorar a realização do evento e ampliar sua participação, razão pela qual emitiu parecer favorável e declarou voto favorável à aprovação da matéria. Na sequência, o Presidente Professor Deza Soares fez uma breve correção, esclarecendo que o projeto de lei original que criou o Dia do Evangélico não foi de sua autoria, mas, salve um engano, do então vereador Professor Adeilton, embora tenha, à época, manifestado apoio e voto favorável à proposta. O vereador Professor Nonato agradeceu o esclarecimento, desculpou-se pelo equívoco e reconheceu o mérito do ex-vereador Adeilton pela iniciativa. Aproveitou a oportunidade para sugerir que, futuramente, as leis municipais sejam publicadas em do nome do parlamentar proponente, de modo a garantir o devido reconhecimento. Em seguida, o vereador Paulo Robson, autor da proposta de alteração, agradeceu ao relator pelo parecer favorável e destacou que a iniciativa tem origem popular – assim como outras trazidas ao plenário como ele próprio, como ao tema dos ruídos sonoros e Sala Lilás, aproveitando o ensejo para reforçar que nas próximas sessões apresentará mais dois projetos de iniciativa popular – sendo fruto de reuniões realizadas com pastores e representantes de diversas igrejas, além de encontro com a prefeita municipal. Explicou que todas as alterações foram amplamente discutidas com os líderes religiosos e que a escolha do segundo sábado como data fixa visa facilitar a participação da comunidade evangélica, tornando desnecessária a manutenção do feriado municipal. Concluiu ressaltando o caráter coletivo da iniciativa, afirmando que o projeto reflete a vontade do segmento evangélico de Altaneira, e conclamou os demais vereadores a votarem favoravelmente à matéria. O Presidente Professor Deza Soares esclareceu que mencionou o ex-vereador Professor Adeilton porque a proposta foi apresentada por ele, contudo, foi uma iniciativa do Pastor Luiz. Não havendo mais discussão sobre a matéria, a mesma foi posta em votação através do sistema nominal de votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Item 2: Parecer nº 048/2025, da Comissão Permanente, referente ao Projeto de Lei nº 024/2025, de autoria do Vereador Paulo Robson, que dispõe sobre a nomeação de prédio público, Areninha Municipal, em homenagem a João Paulo Nogueira Rufino. Após a leitura do parecer favorável pela admissibilidade, não havendo mais pronunciamento do relator, o vereador Paulo Robson agradeceu ao relator da matéria pela sensibilidade em acatar a indicação e ressaltou a importância de valorizar as personalidades altaneirenses que contribuíram significativamente para o esporte local. Lembrando as falas emocionadas sobre a partida da Professora Cícera Salles – momento no qual se solidarizou com toda sua família – lembrou também do falecimento de seu amigo João Paulo Nogueira, destacando sua trajetória no futebol altaneirense e sua participação em diversas equipes, como a Associação Esportiva Altaneirense, o Cruzeiro e a seleção municipal, tanto no futebol de campo quanto no futsal. O parlamentar frisou que João Paulo era filho da terra, proveniente de família tradicional e atuante no desenvolvimento do município, sendo seu pai ex-presidente da Associação Esportiva Altaneirense e sua mãe reconhecida empresária local. Enfatizou que a homenagem é uma iniciativa coletiva da Câmara Municipal, representando o reconhecimento de toda a Casa à contribuição de João Paulo Nogueira ao esporte altaneirense. Acrescentou ainda que a nova arena se somará a outros equipamentos esportivos que homenageiam figuras marcantes do município, como o Ginásio Poliesportivo Antônio Carneiro (Cancão) e a Arena Maurício Alves de Caldas (MAC). A Vereadora



Tia Janne parabenizou o colega Paulo Robson pela propositura, ressaltando que a homenagem é justa e merecida. Destacou que João Paulo, desde a juventude, demonstrou grande dedicação ao esporte, atuando como atleta e incentivador das práticas esportivas em Altaneira. Em nome de sua esposa, Brenda, e demais familiares, manifestou reconhecimento pela justa lembrança. O vereador Professor Nonato também se pronunciou favoravelmente à matéria, recordando nomes importantes do futebol local e ressaltando que João Paulo Nogueira, pertencente à família Nogueira Rufino, teve notável envolvimento com o esporte e merece o reconhecimento público. Não havendo mais discussão sobre a matéria, a mesma foi posta em votação através do sistema nominal de votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Item 3: Parecer nº 049/2025, da Comissão Permanente, referente a mensagem de veto parcial nº 002/2025, referente ao Projeto de Lei nº 030/2025, de autoria do Poder Executivo. Após a leitura do parecer contrário, o vereador Júnior do Povo lembrou que o projeto em questão trata-se do que cria coordenação e gerência dos bolsistas. Afirmou que por entender que foi uma emenda da bancada da maioria o estabelecimento de critérios técnicos e objetivos para o exercício das funções. Explicou que a referida emenda teve o intuito de aprimorar a gestão pública, assegurando que as pessoas designadas para cargos de coordenação possuam formação e conhecimento técnico adequados. O parlamentar informou ter consultado o assessor jurídico da Comissão, Dr. Victor Pierre, que o orientou sobre a constitucionalidade da matéria, esclarecendo que não há criação de novos cargos, mas apenas aperfeiçoamento administrativo. Destacou a importância de se exigir escolaridade e qualificação técnica dos ocupantes desses cargos, em especial considerando o número expressivo de universitários em Altaneira, e afirmou que a emenda apenas corrige uma lacuna do texto original. Por essas razões, declarou voto favorável à manutenção integral do projeto, conforme a emenda assinada pelos cinco vereadores da bancada de oposição ao governo. Na discussão da matéria, o vereador Paulo Robson lembrou que o tema já havia sido amplamente debatido em sessões anteriores, com apresentação de diversas emendas. Assim, reforçou que seu voto se mantém o mesmo, esclarecendo que, conforme parecer jurídico da Comissão Permanente, elaborado pelo assessor Dr. Victor Pierre, a criação de critérios para nomeação de cargos em comissão é inconstitucional, por se tratar de prerrogativa exclusiva do Poder Executivo. Assim, defendeu que o veto da Prefeita está correto e declarou voto contrário ao parecer, ou seja, pela manutenção do veto. Corrigiu ainda uma citação feita no parecer do relator, esclarecendo que a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4225 refere-se ao Estado de Roraima e não tem relação com o tema discutido. A vereadora Tia Janne manifestou-se contrária ao parecer, afirmando que a definição de critérios e requisitos para cargos de confiança é competência privativa do chefe do Poder Executivo, conforme os princípios de conveniência e oportunidade da administração pública. O vereador Professor Nonato lembrou que, como já havia registrado em discussão anterior sobre o projeto, preza por aquilo que entende que irá dar qualidade à educação municipal. Ressaltou que funções de coordenação e direção na área da educação devem ser exercidas por pessoas com formação técnica, capazes de planejar, capacitar e acompanhar o trabalho dos monitores escolares. Argumentou que permitir a ocupação desses cargos por pessoas sem formação adequada compromete a qualidade do ensino, e parabenizou o Presidente Professor Deza Soares pela emenda que propôs um meio termo, exigindo ao menos formação universitária em andamento. Em aparte, a vereadora Professora Ana Maria declarou manter seu voto favorável ao parecer, reafirmando a importância de exigir preparo técnico dos profissionais que exercem funções de coordenação. Observou que mesmo os educadores experientes precisam continuar estudando e se atualizando, razão pela qual considera justa a exigência de formação para quem irá coordenar os monitores. Em aparte, o vereador Paulo Robson reconheceu o equívoco anterior quanto à citação da ADI, esclarecendo que o processo ADI nº 4125 é o que efetivamente trata de matéria semelhante e é o que está presente no parecer do relator. De volta com a fala, o vereador Professor Nonato destacou sua experiência profissional como educador, com mais de vinte anos de carreira, duas graduações, três especializações e cinco anos de atuação em universidades de Juazeiro do Norte, formando professores. Relatou que, mesmo com toda essa trajetória, sempre sentia insegurança ao



iniciar o trabalho com novas turmas, o que demonstra a complexidade da atividade docente. Com base nisso, afirmou ser indispensável que as funções de coordenação e direção de programas escolares sejam exercidas por pessoas com formação adequada, ressaltando que o Ministério da Educação tem investido fortemente em formação continuada, por reconhecer que é na universidade que se adquire o conhecimento necessário para atuar no ensino, especialmente nas escolas inclusivas. O parlamentar reforçou sua convicção de que somente a educação transforma a sociedade, sendo capaz de formar verdadeiros cidadãos. Concluiu solicitando à bancada da maioria que analisasse a matéria de forma técnica e responsável, sem politização, por entender que a educação é a principal beneficiada com a aprovação do parecer. Não havendo mais discussão sobre a matéria, a mesma foi posta em votação através do sistema nominal de votação, tendo obtido o seguinte resultado: vereadores Júnior do Povo, Paulo Geaneo, Professor Nonato e Professora Ana Maria: votos favoráveis. Vereadores Paulo Robson, Tia Janne, Valmir Brasil e Zé de Zuza: votos contrários. Havendo empate na votação, o Presidente, Professor Deza Soares, manifestou-se pela derrubada do veto, reafirmando o posicionamento apresentado na emenda de sua autoria. Explicou que a proposta busca garantir que as funções de direção e coordenação na área da educação sejam exercidas por profissionais que estejam pelo menos em formação universitária, reconhecendo que muitos estudantes altaneirenses possuem capacidade e preparo para exercer tais funções. O Presidente observou que a medida não tem caráter político, mas técnico, e visa preservar a qualidade da gestão educacional. Em analogia, afirmou que, embora o Presidente da República possua ampla capacidade de liderança, não poderia legalmente assumir a direção de uma escola por não possuir formação específica na área da educação, o que demonstra a importância do critério técnico. Assim, declarou voto favorável ao parecer, mantendo sua coerência com a emenda apresentada, votando, portanto, pela derrubada do veto. Matéria aprovada pela maioria. Item 4: Requerimento nº 102/2025, de autoria do Vereador Valmir Brasil, solicitando trocas de lâmpadas da Vila do São Romão, desde a entrada da comunidade, por lâmpadas de maior potência. Após a leitura da matéria, o autor da mesma registrou que apresentou o requerimento em razão das diversas reclamações recebidas da população sobre a falta de manutenção na iluminação pública e a consequente existência de lâmpadas com defeito em várias localidades. Na discussão da matéria, o vereador Júnior do Povo parabenizou o autor pela iniciativa, afirmando que a solicitação também reflete cobranças recorrentes feitas por ele próprio. Destacou que é papel do vereador, independentemente de pertencer à base do governo, fiscalizar e cobrar melhorias para a população. Afirmou ser gratificante quando os cidadãos percebem que suas reivindicações são levadas ao plenário e enfatizou que apresentar requerimentos e reivindicações não é motivo de crítica, mas uma demonstração de respeito e compromisso com aqueles que confiaram o mandato aos parlamentares. O vereador Professor Nonato também parabenizou o vereador Valmir Brasil pela iniciativa, afirmando que é sempre positivo trabalhar ao lado de colegas que demonstram visão de futuro e compromisso com o bem comum. Ressaltou que, ao longo de quase cinco anos de legislatura, construiu uma relação de respeito e colaboração com o vereador, reconhecendo seu potencial e senso de responsabilidade com a população de Altaneira. O parlamentar destacou a importância de formalizar as solicitações por meio de requerimentos, pois esses registros permanecem na história da Câmara e demonstram o compromisso do vereador com as comunidades que representa. Recordou sua atuação na legislatura anterior, na qual figurou entre os parlamentares mais produtivos em apresentação de matérias, reforçando que o trabalho registrado oficialmente é o que permanece na memória legislativa e popular. Por fim, declarou voto favorável ao requerimento, reconhecendo a legitimidade das demandas apresentadas e afirmando que é dever dos vereadores defender as necessidades do povo. Não havendo mais discussão sobre a matéria, a mesma foi posta em votação através do sistema nominal de votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Item 5: Requerimento nº 103/2025, de autoria do Vereador Professor Deza Soares, solicitando encaminhamento de Projeto de Lei à esta Casa Legislativa, propondo a adoção de REFIS e que seja encaminhado à Secretaria de Administração e Finanças, pedido de estudo, para observância e cumprimento do Art. 6º e seus



parágrafos do Código Tributário Municipal, Lei 821/2021, que se refere a data da ocorrência do fato gerador. Após a leitura da matéria, o Presidente Professor Deza Soares passou a Presidência para o Vice-Presidente Vereador Valmir Brasil para fazer a defesa da matéria. Após, esclareceu que o objetivo de seu requerimento é beneficiar a população e os contribuintes do IPTU, bem como favorecer a arrecadação do município. Explicou que, embora o programa de refinanciamento de dívidas – o Refis – tenha sido prorrogado até o mês de julho, muitos cidadãos ainda não conseguiram regularizar suas pendências devido às condições financeiras. Diante disso, o parlamentar propôs nova prorrogação do prazo para adesão ao programa, de modo que mais contribuintes possam quitar suas dívidas e sair da dívida ativa municipal. Ressaltou que, conforme o Código Tributário Municipal, o fato gerador do IPTU ocorre em outubro, mas sugeriu que a cobrança seja transferida para janeiro, conforme previsto em lei, a fim de facilitar o pagamento pelos contribuintes e manter a legalidade do procedimento. O vereador reiterou que sua proposta visa tanto facilitar a regularização das pendências tributárias da população quanto aumentar a arrecadação municipal, contribuindo para o equilíbrio financeiro da gestão. Solicitou o apoio dos demais parlamentares, destacando que o requerimento foi elaborado em consonância com a legislação vigente e com o entendimento coletivo da Casa. Em aparte, o vereador Professor Nonato manifestou apoio ao requerimento, afirmando que programas de refinanciamento como o Refis são sempre benéficos para a população, especialmente para os cidadãos altaneirenses que desejam manter em dia seus compromissos com o município. Destacou que a iniciativa contribui não apenas para o contribuinte, mas também para a transparência e eficiência da gestão pública, uma vez que a arrecadação local é um dos indicadores considerados na avaliação das contas do gestor. Parabenizou o vereador Professor Deza Soares pela iniciativa, reconhecendo sua experiência e relevância das matérias apresentadas nesta Casa. Retomando a palavra, o vereador Professor Deza Soares esclareceu à população que o requerimento é um instrumento de solicitação, cabendo ao Poder Executivo avaliar e encaminhar as medidas necessárias. Reforçou que o requerimento não se trata de projeto de lei, mas, caso a proposta venha a ser transformada em projeto e posteriormente aprovada, passará a ter força de lei e poderá ser executada pelo Executivo. Não havendo mais discussão sobre a matéria, a mesma foi posta em votação através do sistema nominal de votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Reassumindo a Presidência, o Presidente Professor Deza Soares anunciou o Item 6: Requerimento nº 104/2025, de autoria da Vereadora Professora Ana Maria, solicitando que sejam adotadas as providências necessárias para a realização da limpeza do açude da Taboquinha. Após a leitura da matéria, a autora da mesma informou ter sido procurada por moradores da Comunidade da Taboquinha, os quais solicitaram que fosse apresentado requerimento para a limpeza do açude local. Ressaltou que encaminhou fotos da situação ao grupo de mensagens da Câmara, de modo que os parlamentares pudessem acompanhar o estado atual do açude. Recordou que, em 17 (dezessete) de janeiro de 2025 (dois mil e vinte e cinco), o vereador Zé de Zuza já havia apresentado requerimento solicitando a limpeza dos açudes das comunidades da Taboquinha, do Córrego e do Tabuleiro. Desse modo, como o local ainda não foi limpo, afirmou que a matéria vem para reforçar essa solicitação. A vereadora explicou que, mesmo já existindo requerimento anterior, não poderia deixar de atender ao pedido da comunidade, uma vez que o serviço ainda não foi executado. Assim, reforçou a solicitação para que a limpeza seja realizada com urgência, antes do início do período chuvoso, a fim de garantir que o açude possa acumular água suficiente para o uso dos moradores. Encerrou agradecendo a atenção dos colegas e pedindo o apoio de todos à matéria. Na discussão da matéria, o vereador Professor Nonato reafirmou que administrar é escolher prioridades, destacando que a limpeza do açude é uma demanda essencial da comunidade. Relatou que conhece de perto a situação do local e reforçou a necessidade de a gestão municipal dar prioridade a obras que atendam às necessidades básicas do povo, como o acesso à água, o transporte da saúde, a farmácia completa e os exames. Comparou o gasto de mais de R\$ 3.000.000 (três milhões de reais) na festa de outubro à ausência de providências quanto à limpeza dos açudes, criticando a falta de sensibilidade administrativa. O parlamentar elogiou a vereadora pela iniciativa e lembrou que, se o serviço não



for executado ainda neste período seco, as chuvas impossibilitarão a entrada de máquinas no reservatório, o que poderá adiar a limpeza por anos. Solicitou que o líder da prefeita sensibilize a gestora sobre a urgência do serviço e reforçou que a cobrança feita pelos vereadores é, na verdade, a cobrança do próprio povo. O vereador Zé de Zuza agradeceu à vereadora Professora Ana Maria por reforçar o pedido e esclareceu que o requerimento atende a um pedido dos moradores da Taboquinha. Destacou que conhece profundamente o açude, por ter nascido e vivido naquela comunidade, e relatou que, no início do ano, havia sido programada a limpeza, mas as chuvas de 6 (seis) de janeiro impossibilitaram o trabalho das máquinas. Explicou que o acesso ao local já foi aberto e que o objetivo é facilitar a visita de moradores e ex-moradores que retornam à comunidade. O vereador informou ainda que há problemas mecânicos com as máquinas da Secretaria de Infraestrutura, mas se comprometeu a dialogar com o secretário responsável para buscar solução e garantir que, ao menos, a limpeza do açude da Taboquinha seja realizada antes do início do inverno, visto que os açudes do Córrego e do Tabuleiro não apresentam condições para o serviço no momento. Em aparte, o vereador Paulo Robson registrou que também recebeu pedido de moradores da Taboquinha sobre a limpeza do açude, relatando que presenciou a situação durante uma visita à comunidade. Disse lembrar que o tema já havia sido objeto de requerimento anterior, de autoria do vereador Zé de Zuza, e informou ter repassado a solicitação ao secretário de administração, que confirmou ciência sobre o assunto. Finalizou afirmando que, ainda que o requerimento já tenha sido aprovado anteriormente, é válido reforçá-lo, e declarou apoio à matéria apresentada pela vereadora Professora Ana Maria. Retomando a palavra, o vereador Zé de Zuza esclareceu que, antes de exercer o mandato parlamentar, já realizava as limpezas do açude. Informou que, em diversas ocasiões, organizou mutirões com o apoio de sua equipe de trabalho e de alguns moradores da comunidade, realizando a limpeza manual das margens do reservatório, inclusive durante gestões anteriores. Acrescentou que, neste momento, o objetivo é buscar apoio da administração municipal para que o serviço seja executado com o uso de máquinas do município, de forma mais ampla e eficiente. Não havendo mais discussão sobre a matéria, a mesma foi posta em votação através do sistema nominal de votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Encerrada a ordem do dia, o Presidente Deza Soares registrou que, conforme já havia anunciado, nos últimos dois meses serão realizados serviços considerados de extrema necessidade na Câmara Municipal. Dentre eles, destacou a contratação e fornecimento de materiais e equipamentos permanentes, informando que o contrato para instalação dos aparelhos de ar-condicionado já foi assinado. Mencionou, ainda, que está em andamento a organização da recepção e da cozinha, bem como a aquisição de computadores e outros equipamentos necessários, que serão devidamente relacionados posteriormente. Informou também sobre a contratação de serviços especializados para o fornecimento e execução do sistema fotovoltaico (energia solar). O Presidente relatou, igualmente, que estão sendo adotadas providências para a confecção de novos móveis e mobiliários, com modificações estruturais no plenário, além da aquisição de novos móveis para a recepção, o plenário e o auditório, e o encaminhamento do processo de aquisição de um novo veículo de sete lugares para uso institucional. Afirmou que, após a conclusão e instalação de todos esses serviços, será realizado um momento de confraternização com o objetivo de marcar a organização e melhoria da estrutura administrativa da Casa. Ao final, o Presidente convidou todos os parlamentares e a sociedade em geral para participarem da solenidade de inauguração da Procuradoria Especial da Mulher, a realizar-se amanhã, dia 4 (quatro) de novembro, às 9 (nove) horas, na sede da Câmara Municipal. Na oportunidade, o vereador Professor Nonato justificou ausência na solenidade, por exercer suas atividades docentes na cidade de Juazeiro do Norte nas terças e quintas-feiras. Contudo, manifestou total apoio à iniciativa e reconheceu a relevância da Procuradoria da Mulher como importante ação promovida pela Câmara. Não havendo nada mais a tratar, o Presidente Deza Soares agradeceu a participação de todos os presentes, ouvintes e assessoria interna, e declarou encerrada a Sessão, determinando a lavratura dessa Ata que, após achada conforme, será aprovada e publicada. Sala das Sessões, 3 de novembro de 2025.

Paulo Robson